

**ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO
DE PAIVA, REALIZADA NO DIA DOIS DE
MARÇO DE DOIS MIL E NOVE.**

____ Aos dois dias do mês de Março do ano de dois mil e nove, pelas nove horas, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Castelo de Paiva, sob a presidência de José Manuel Lopes de Almeida, Presidente da Assembleia, secretariada por João Fernando Barbosa Dias e Manuel da Silva Moreira, respectivamente primeiro e segundo Secretários da Assembleia e pelo funcionário da Câmara Municipal Fernando João Marante Cardoso.

____ **ORDEM DE TRABALHOS:**

____ **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

____ 1. APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 22.12.2008;

____ 2. ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO.

____ **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

____ 1. APRECIAÇÃO DE UMA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA, ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO.

____ 2. CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO. PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA DE DÍVIDAS DO ESTADO;

____ 3. PROPOSTA DE ADAPTAÇÃO DOS ESTATUTOS DA ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO VALE DO SOUSA. RATIFICAÇÃO;

____ 4. PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.

____ Presentes os membros: Alfredo Trindade da Rocha; Abel Duarte Barbosa; Antero Gaspar de Paiva Vieira; António da Costa e Cunha; António Gouveia Coelho; António dos Santos Rodrigues; António da Silva Pinto; Arlindo Manuel da Silva Alves; Carlos Alberto Carmo Teixeira; Cristiano da Silva Ferreira; Daniel António Mendes Correia

Rocha; Henrique Martins Alves; João Pedro Nogueira Costa Campos; João Vitorino Martins Almeida Moreira; José António da Costa Moreira da Rocha; José António da Silva Rocha; José Mendes Vieira Pinto; José Moreira Araújo; Júlio Alves; Luís Filipe Cardoso Valente; Manuel Duarte Mendes; Manuel Emílio dos Santos; Sérgio Fernando Pinto R. Gouveia; e Vítor Cândido Rodrigues.

Faltaram os membros: António Luís da Silva Rodrigues e José Vieira Gonçalves, tendo a Mesa justificado a ausência deste último.

Presenças da Câmara Municipal: Presidente da Câmara, Paulo Teixeira; Vereadores: Rui César Castro; Manuel Moreira e Lino Pereira.

Presentes os seguintes requerimentos dos membros:

- Maria de Lurdes de Bessa Sousa no qual solicita a suspensão do seu mandato, por motivos profissionais, pelo período de 5 dias.

A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, autorizar a referida suspensão. Nos termos do n.º 4 do artigo 76.º da Lei n.º 169/99, de 18/09, foi verificada a identidade e legitimidade do substituto Cristiano da Silva Ferreira;

- Fernando de Paiva Vieira no qual solicita a suspensão do seu mandato, por motivos profissionais, pelo período de 5 dias.

A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, autorizar a referida suspensão. Nos termos do n.º 4 do artigo 76.º da Lei n.º 169/99, de 18/09, foi verificada a identidade e legitimidade do substituto Arlindo Manuel da Silva Alves;

Alfredo José Fernandes Gonçalves no qual solicita a suspensão do seu mandato, por motivos profissionais, pelo período de 5 dias.

A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, autorizar a referida suspensão. Nos termos do n.º 4 do artigo 76.º da Lei n.º 169/99, de 18/09, foi verificada a identidade e legitimidade do substituto António da Silva Pinto.

- Rui António Monteiro Gomes Paiva no qual solicita a suspensão do seu mandato, por motivos profissionais, pelo período de 5 dias.

A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, autorizar a referida suspensão. Não foi efectuada a substituição em virtude do

pedido ter sido recebido, hoje, via fax, impossibilitando a convocação de outro membro.

PARA CONHECIMENTO. GRANDES OPCÕES DO PLANO E DO ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2009.

Presente as Grandes Opções do Plano e do Orçamento para o ano de 2009, da Associação de Municípios do Vale do Sousa, de que foi previamente distribuído exemplar a todos os membros. A Assembleia tomou conhecimento.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1. APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 22.12.2008;

Presente a acta da sessão ordinária de 22.12.2008, de que foi previamente distribuído exemplar a todos os membros da Assembleia Municipal.

A Assembleia Municipal deliberou por maioria, com vinte e quatro votos a favor e duas abstenções aprovar a respectiva acta.

2. ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO.

Usaram da palavra por ordem de inscrição na mesa, os membros: Antero Gaspar solicitou à Câmara, através do Presidente da Assembleia, que lhes fosse disponibilizado, para consulta, o processo completo relativo ao ponto da agenda de trabalhos “Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado” para que possam tomar uma posição de aprovação e depois ser enviado ao Tribunal de Contas. Realçou que assim haveria tempo de ir buscar todo o processo, que deve conter todos os documentos, desde o pedido inicial até à resposta final da Direcção-Geral de Tesouro e Finanças, sem qualquer obstáculo ao conhecimento desses mesmos documentos que fazem parte da gestão do Município.

Presidente da Junta de Freguesia de Real referiu-se à presença do membro Gouveia Coelho, expressando que ele venha com outra abertura, dinâmica e que não se repitam os acontecimentos daquela muito falada sessão da AM, e que certamente as coisas não vão ficar pelo ponto que ficaram. Que tenha muito cuidado com o que diz e escreve porque não estão na Assembleia para brincar, e ele como

Presidente de Junta está para defender os interesses da população de Real e dos paivenses. Sobre os protocolos, da Câmara Municipal com as Juntas das Freguesias, para resolução da situação das dívidas com os empreiteiros, constatou que essas obras continuam a fazer parte da relação das dívidas da C.M. Questionou o porquê de na relação de dívidas a empreiteiros e fornecedores continuarem a constar as referidas dívidas à Junta de Freguesia de Real. Questionou ainda a Câmara se no decorrer do ano de 2008 foram atribuídos subsídios a entidades ou associações, porque na referida relação de dívidas encontra-se o subsídio ao Centro e Cultura de Real no valor de 1.500 € referente ao ano de 2008; do Real Atlético Clube um subsídio pendente de 750 € e um de 1.750 € referente ao ano de 2002. Solicitou os seus pagamentos e opinou que se não há dinheiro não se deveria atribuir subsídios para não se criarem falsas expectativas. Repudia a actuação e forma como foram tratados na Direcção-Regional de Educação do Norte por uma senhora que se chama Margarida Moreira, aquando da deslocação no passado mês de Janeiro, a essa Instituição, de uma comitiva de seis pessoas, da qual também fazia parte, assim como um representante da Assembleia de Freguesia, Eng. Carlos Castro, e quatro pessoas da Câmara Municipal. Mencionou que a reunião correu muito mal, e que é triste e lamentável que haja pessoas daquele calibre à frente de Instituições como a Direcção-Regional de Educação que se recusem a receber a Junta de Freguesia. Que daquela reunião não trouxeram nada, e que pura e simplesmente a Senhora recusou-se a assinar o Parecer para a nova Escola de Real. Alertou o Presidente da Câmara que a Freguesia continua a precisar de uma nova Escola porque os alunos continuam espalhados, o 3.º ano em Nojões, dois anos na Escola do Adro, e outro ano na antiga residência paroquial e que o Sr. Padre Luís falou com ele e quer reunir com a C.M. porque precisa da sala a partir de Setembro. Reforçou que é preciso criar uma alternativa porque estão a falar em mais de 100 crianças e que tanto a Junta como a Assembleia de Freguesia estão disponíveis para o que for necessário. Acrescentou que na Freguesia de Real, no ano transacto, nasceram 22 crianças invertendo a tendência negativa de crescimento. Perguntou qual o ponto de situação: - do aproveitamento do espaço da Barragem do Seixo; - da

Ponte das Travessas e se foi apresentada candidatura ao QREN; - da Zona Industrial da Cruz da Carreira que muito já se tem falado na AM, e na Câmara Municipal. Acrescentou que é necessário criar condições para as empresas se instalarem e gerarem empregos. Opinou que tanto os Presidentes das Juntas das Freguesias do PSD, como das do PS queixam-se da falta de funcionários da Autarquia e que era bom que o Executivo atribuisse 1 ou 2 funcionários a cada Junta. Que o Executivo Municipal queixa-se que o pessoal é pouco e não tem hipóteses, mas ele que anda por aí vê funcionários adstritos a Juntas de Freguesia e que Real apenas tem um que está nos transportes escolares e que até hoje não recebeu um centímo desse transporte. A Junta da Freguesia de Real enviou os mapas mensais dos transportes escolares e recebeu um e-mail do Gabinete de Educação a dizer que não há lugar a qualquer pagamento pelos transportes escolares, precisamente por ter um funcionário da C.M., contradizendo aquilo que afirmam os Presidentes das Juntas do PS que as Juntas de Freguesias PSD são todas favorecidas e ele não vê favorecimento nenhum à sua Freguesia. Que por outro lado há Juntas de Freguesia como a do Paraíso que tem 2 funcionários, Santa Maria de Sardoura tem também 1 funcionário e certamente haverá outras. Gostava que ficasse esclarecido que só algumas Juntas do PSD são favorecidas e aponta isso ao Executivo da Câmara como uma atitude deles, que depois podem sofrer as consequências e não venham contradizer que tratam todos de igual modo. Compreende as dificuldades deles de estarem em posição de gestão, estarem sujeitos à critica, e que ele enquanto Presidente de Junta tem razão de queixa, queixa-se e no lugar próprio que é a Assembleia Municipal. Expôs que na acta da reunião da C.M. de 22.10.2008 consta uma deliberação, muito vaga, dos transportes escolares, incluindo o valor ao km que íam pagar e que gostava de saber se a Junta de Freguesia do Paraíso, que tem dois funcionários do Município, e um deles a maior parte dos dias faz transporte escolar, se está a ter tratamento igual à Junta de Freguesia de Real, e se está a receber os kms na totalidade. Evidenciou que se está em ano eleitoral e que antes das eleições haverá uma ou duas A.M. e é possível que sejam as suas últimas presenças enquanto Presidente de Junta e que vai falar de uma coisa que o chateia, assim como a muitos

paivenses, que são alvo disso e tem a ver com o Serviço de Águas, referindo que não quer que se repita o Verão quente de 2005, em que houve lugares como Guirela e Gondra que estiveram mais de 15 dias sem água; no caso da falta de água em Moinho, Sequeirô e Chão da Carraçosa os Serviços de Água deslocaram-se lá e disseram que o furo secou e que teria de se fazer um novo. Perante isso deslocou-se lá um membro da Junta e constatou que foi a EDP que cortou a energia porque tinha caducado a licença do contador. Relativamente ao lugar de Freamil, na Mó, foi lá o dito Serviço e disse também que o furo estava seco, de seguida foram os membros da Junta de Freguesia e verificaram que era apenas uma sonda avariada na bomba de água. Insistiu que são situações muito críticas e as reparações de fugas de água demoram cerca de 2 a 3 meses a reparar. Que já lhe aconteceu telefonar para o Armazém da C.M. e ninguém aparecer para fazer as reparações, telefonar 2 ou 3 vezes para o Encarregado e depois para o Vereador e ter de chegar ao cúmulo de ligar ao Presidente da Câmara por causa de uma pequena fuga de água que tinha meses. Mencionou que há pessoas que não gostam do que está a dizer, mas os paivenses não têm culpa de já cá estarem há 3 mandatos e não conseguirem “pôr ordem na casa”, e a população não tem culpa da grande parte dos funcionários do Município serem contra o Executivo. Opinou que se os trabalhadores querem ser militantes de partidos concorda perfeitamente, mas terão de ser profissionais nas suas funções e cumprirem com as suas tarefas. Nesse seguimento questionou o Executivo de quantos processos disciplinares, por falta de profissionalismo foram instaurados e quais as consequências.

____ Presidente da Junta da Freguesia de Fornos referiu-se ás verbas protocoladas para as Juntas das Freguesias e questionou para quando o pagamento das verbas em falta, do ano de 2008, à sua Freguesia.

____ Presidente da Junta da Freguesia de S. Martinho de Sardoura questionou a Câmara Municipal: - quando vai iniciar a obra do caminho das Curtinhas; - qual o ponto de situação da construção da Pré-Primária de S. Martinho porque actualmente ocupa o espaço da Junta de Freguesia e a autarquia só pode utilizar cerca de 3 metros quadrados; para quando o pagamento das verbas que faltam para limpezas e

manutenção dos caminhos e o pagamento em falta do Protocolo com a empresa M. dos Santos. Pediu a colocação de dois sinais stop e um espelho no cruzamento das estradas de Belmonte, Curvite e Valtruito, no Alto de Vigide. Referiu que, no Inverno, na estrada de Vila Verde /Sardoura, junto à Ponte do Rio Sardoura, acumula muita água e o terreno cedeu sendo necessário fazer uma reparação.

Gouveia Coelho referiu o facto de terem um púlpito e ter-se cumprido uma norma do Regimento. Sublinhou a intervenção do Presidente da Junta da Freguesia de Real em relação aos problemas concretos que aqui colocou, e que só pode ter a sua solidariedade, assim como a população de Real, em relação às questões concretas e pertinentes da sua Freguesia, que ainda tem muitas carências. Disse que não compreendeu a introdução do Presidente da Junta de Real relativamente à referência “venha com outra abertura”, e à sugestão quase em tom de ameaça, acrescentado que se tiver alguma coisa a dizer, que a diga frontalmente, sem esconder nada. Que tem boa imagem do Presidente da Junta de Real porque é um trabalhador, e aprecia muito quem trabalha e que não há razão nenhuma para essas observações indirectas. Agradece aqui, publicamente, as manifestações de solidariedade que recebeu de paivenses, inclusive de Vereadores da C.M. em relação aos insultos que nesta Assembleia lhe foram feitos, e ao que se passou em relação à sua pessoa. Sublinhou e deixou registadas as palavras elogiosas que na última sessão deste órgão foram ditas a seu respeito. Louvou a metade desta Assembleia que votou em coerência no sentido de repudiar os insultos e de pedir aos que praticaram o crime de se retratarem para poderem continuar a trabalhar de cara levantada e sem qualquer areia ou pedra no sapato e também aqueles que votaram no sentido de que o Presidente da A.M. respondesse ao cidadão, ao membro, que tinha interpelado este órgão. Citou que esses que votaram a favor o obrigaram a estar aqui hoje e para ele era o suficiente, não descurando os eleitores e que por eles estaria sempre. Está na Assembleia com muito gosto, com sacrifício porque trabalha por conta própria, mas procura estar sempre presente e é de opinião que os mandatos dos eleitores são para cumprir. Destacou que está neste órgão por razões políticas, não está por razões pessoais,

não depende da política e não ganha dinheiro com a política, está como cidadão na função de intervenção cívica. Disse que a política no sentido nobre do termo é o confronto de ideias, projectos, planos e equacionar alternativas e tomar as melhores soluções para Castelo de Paiva; e que essa política, esse exercício democrático deve ser com boa educação e de respeito uns aos outros. Mencionou que sentiu apoucamento, e o problema não está nele, Gouveia Coelho, ter sido chamado de parasita e apupado de covarde, mas de perguntar a esta A.M. o que é que está em causa? Quais são as políticas que se equacionam? Aludiu que os factos são conhecidos de todos e que após uma intervenção sua, sobre o seu entendimento do IMI, sobre ir ao bolso dos paivenses buscar impostos, e o desgoverno da Câmara Municipal, foi respondido/chamado de parasita pelo Presidente da Câmara e perante a Assembleia Municipal. Que esta AM calou-se, subordinou-se à C.M., a Mesa ficou muda e nada disse sobre a forma como um membro, um representante do Povo foi tratado. Disse que partia triste, ofendido, quer pela ofensa, quer pelo crime, quer pela Mesa não ter dito nada para repor a verdade, pois tinha dito cordialmente que estava atrasado para uma diligência judicial num Tribunal no Porto. Entende que o querem escorraçar e desmotivar como a qualquer cidadão que intervenha com voz própria, com liberdade, porque ele é dos que mais intervém. Não comprehende o ataque que lhe fizeram e por que ordens de razões denigrem-lhe a imagem e criam-se as condições para que ele e outros desapareçam e ninguém intervenha com voz própria, autónoma e capaz de contribuir para o bem comum. Disse que é o triunfo da mediocridade, dos que forem “não cobardes”, “não parasitas”, dos que se comprometerem, e é o manter-se no poder impedindo e desmotivando todos os outros de se candidatarem e de participarem. Relembrou os 14 votos do PSD contra a proposta para repudiar que um membro da AM seja apelidado de parasita e covarde; que essa votação contra o repúdio, contra que houvesse uma reparação, um simples pedido de desculpa custa-lhe aceitar tal atitude, vindo, inclusive, de membros que considera amigos. Acrescentou que é impossível que possa estar assim enganado, e que os eleitos do PSD não estarão de acordo nas suas consciências, naquele Tribunal que têm dentro deles, no juízo de apreciação do viver colectivo e que se algum

qualificativo não cabe a ele é o de parasita e cobarde. Que esse comportamento não devia acontecer e não custava nada pedir desculpa e notificar o reclamante, Gouveia Coelho, que a Assembleia não acha bem e está disposta a criar condições de trabalho. Fez uma pequena enumeração da sua vida profissional e escolar citando que sempre trabalhou e estudou, não teve uma vida fácil e concluiu o seu curso de Teologia e Filosofia com distinção garantindo acesso à Universidade sem exame. Matriculou-se em Direito, em Coimbra, como estudante trabalhador e nunca abandonou o Concelho. Não admite que venha alguém que nasceu muito depois e nunca exerceu profissão nenhuma dizer que tem que ser irradiado daqui para fora, porque isso ofende-o, e ofende muitos trabalhadores, e muitos paivenses honrados que fizeram com que Castelo de Paiva exista. Insistiu que não é parasita nem cobarde e desafiou os “não parasitas” e “não cobardes” para o debate político e está pronto “a dar o peito às balas”. Alertou para a necessidade de mudança porque entende que se justifica e quer que esta Assembleia volte a ter a dignidade, prestígio e uma Mesa que defende os seus membros com autonomia. Salientou que Castelo de Paiva continua com problemas, continua a merecer a sua intervenção e precisa da mudança, e que por essa lutará enquanto for vivo.

Presidente da Assembleia disse ao membro Gouveia Coelho para estar descansado que ninguém da AM lhe vai atirar balas e que ouviu, este fim-de-semana, no Congresso do PS que decorreu em Espinho, e está no Jornal “O Público”, que o número dois do Partido, António Costa, chamou “parasitas da desgraça alheia” ao Bloco de Esquerda.

Antero Gaspar fez um ponto de ordem à Mesa dizendo que: - o Presidente da AM não pode fazer comentários das intervenções dos membros e quando não está satisfeito interrompe essas intervenções e faz comentários. Como Presidente do órgão deve ter cuidado com o que afirma e não pode vir falsificar aquilo que ouve através da comunicação social a respeito da referência, no Congresso do PS, “de parasitas”.

Gerou-se alguma confusão na sala e o Presidente da Assembleia, a pedido do Grupo Municipal do PSD, interrompeu os trabalhos para um intervalo de cinco minutos.

Reiniciados os trabalhos usaram da palavra os membros: Daniel

Rocha disse que esteve ausente cerca de um ano e traz consigo a esperança de ver as intervenções dirigidas aos paivenses e não para o seio da AM. Referiu que foi entregue, aos Grupos Municipais do PSD e PS, pelos condóminos da Quinta de Valverde, Catapeixe, um documento para ajudarem a resolver o problema, que foi agravado com as obras na EN 224, de acesso à Quinta de Valverde e também pediu a intervenção da CM para resolução dessa situação muito grave. Mencionou que ia falar na questão já aflorada, da Escola de Real e na situação da Educação em Castelo de Paiva. Em sua opinião considera oportuno falar sobre o assunto em virtude de estar a preparar-se os programas eleitorais para as eleições que se aproximam. Desafiou os Partidos que vão apresentar candidaturas ao Município e às Freguesias para colocarem o assunto Educação na prioridade das suas intervenções e acções de futuro. Relativamente à Escola de Real e pelas palavras do Presidente da Junta de Real vê como paradoxal aquilo que é anunciado a nível Nacional pelos nossos Governantes que depois se contradizem com aquilo que é feito pelas suas Delegações Regionais na sua acção local. Que se ouvem intervenções de milhões de euros para a educação e quando se tem situações tão prementes, tão urgentes de resolver a nível local eles simplesmente quase viram as costas. Alertou novamente ao desafio atrás lançado para que todos intervenham junto das entidades competentes para uma solução com vista a humanizar a Escola porque não é só a questão dos professores, é a questão dos alunos, é a questão dos Pais que querem a educação dos seus filhos com mais qualidade. Referiu que cada vez é mais preocupante ver políticas de aglomeração de crianças em Escolas, e a constituição de mega-agrupamentos que não contribuem para uma boa educação; apelou a todos para tentarem encontrar as melhores soluções para as crianças e jovens de Castelo de Paiva.

Presidente da Junta da Freguesia do Paraíso referiu que se congratula pela grande obra, para a sua freguesia e também para o concelho, da reparação da Estrada Municipal 504. Rebateu as palavras do seu colega, Presidente da Junta de Real, acerca da sua Freguesia e esclareceu que o funcionário da CM quando faz transporte escolar, na carrinha da Junta da Freguesia, é depois do seu horário de trabalho,

após as 16 horas, e é pago pela Junta da Freguesia do Paraíso. Acrescentou que se vêem o funcionário, com a carrinha, dentro do seu horário normal de trabalho é porque vai ao Armazém da Câmara levantar cimento e outros materiais para as obras que se fazem na Freguesia do Paraíso.

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara que disse que o Executivo por ele liderado está, e continuará, a cumprir o que prometeu ao povo de Castelo de Paiva e nomeadamente à Freguesia de Real, acrescentando que é difícil um Presidente de Junta do Concelho não saber quais os investimentos público-privados que vão chegando a cada Freguesia. Congratula-se com o facto, de estarem num regime democrático, e as pessoas poderem vir ao fórum, Assembleia Municipal, defender os interesses das suas Freguesias e que também é nessa perspectiva que responde às questões que lhe são colocadas. Em relação à intervenção do Presidente da Junta da Freguesia de Real referiu que prova e ajuda a provar, o contrário daquilo que dizem, que a Câmara Municipal favorece só as Freguesias lideradas pelo PSD e que o seu antecessor, Presidente daquela Junta, disse que desde 1998 foi feito, por Paulo Teixeira, o maior investimento de sempre na Freguesia. Anunciou que foram pavimentados 23 caminhos e procederam à limpeza de mais de 40 quilómetros de caminhos florestais e trabalho por administração directa como a reparação da Escola Primária de Nojões. Disse que desde que é Presidente da Câmara abriu dois processos disciplinares, por falta de profissionalismo, e resultaram ambos em despedimento. Em relação à habitação social mencionou, que respondeu na última AM, que a Autarquia colaborou, e está a colaborar, com a Junta da Freguesia de Real no loteamento do Outeiro, onde já foram investidos mais de 90 mil euros e que estão pagos os serviços prestados pelo empreiteiro. Que o projecto de alargamento da Ponta das Travessas está concluído pelos serviços municipais, mas que ainda não dispõe da totalidade dos terrenos para que se possa concretizar a obra, e que torna ainda mais premente essa necessidade com o investimento previsto para Real, uma Central de Biomassa, e há pouco tempo anunciado numa conferência de imprensa, em Arouca, com ele e o Presidente da CM de Arouca e para a

qual convidou todos os Presidentes de Junta e apenas esteve presente o de Bairros. Citou que nos últimos 3, 4 anos foi feito um grande investimento, naquela Freguesia, a criação do Centro Social, onde estão a fazer, em parceria com a CM, um excelente trabalho na área da infância, com um ATL e um prolongamento para as crianças do Pré-escolar e do 1.º Ciclo, englobando fornecimento de refeições e transportes escolares. Que atribuíram a algumas colectividades subsídios em 2008, já o fizeram também em 2009; em relação ao Real Atlético Clube em 12.10.2007 atribuíram 2.500€, já pagaram 1.750€, faltando pagar 750€; ao CCD de Real, em 13.02.2008, atribuíram 1.500€ que ainda não foram pagos. Sobre as questões da Zona Industrial da Cruz da Carreira e da água disse que iria falar o Vereador Rui César Castro, e que o ano passado, quando esteve sozinho no Executivo, por ausência dos restantes membros, em apenas duas semanas surgiram mais de 15 fugas de água e que era época de Verão uma altura extremamente complicada para acudir a todas. Que há cerca de 15 dias esteve com o Ministro do Ambiente e pediu-lhe que fossem, o mais depressa possível, publicados os estatutos da SIMDOURO, entidade a quem vai ser entregue o sistema multimunicipal de água e saneamento. Que abriram concurso para a exploração turística dos terrenos da Barragem do Seixo, tem investidores interessados e que reuniu com eles, há duas semanas em Lisboa, e nessa mesma semana reuniu também com a Associação de Defesa do Rio Sardoura, da qual é sócio e que lhe apresentou um estudo prévio para divulgação turística da bacia criada por aquela albufeira que poderá permitir a criação de uma pista de pesca que não colidirá com o investimento público-privado para a instalação de um Parque de Campismo de Caravanas Residenciais.

Em relação à questão do Presidente da Junta da Freguesia de Fornos disse que mal haja disponibilidade financeira serão disponibilizadas, acrescentando que tem feito um esforço nesse sentido e que houve um adiantamento à Junta de Freguesia de Sobrado e à Junta de Freguesia liderada por um independente.

Sobre as questões colocadas pelo Presidente da Junta de Freguesia de S. Martinho esclareceu que o início da obra do caminho

das Curtinhas está na mão do empreiteiro e que gostaria que se iniciasse com o problema daquele caminho marginal resolvido. Disse que quanto à Pré-primária de S. Martinho e às questões colocadas sobre a Escola de Real não sabe o que há-de dizer em relação ao Ministério da Educação. Fez na sexta-feira 8 dias que teve uma reunião/jantar com o Sr. Primeiro Ministro onde estava também o Sr. Secretário da Educação, Dr. Valter Lemos, e onde lhe colocou as questões que mais preocupavam o Concelho de Castelo de Paiva. Citou que depois de ouvir o Sr. Primeiro Ministro dizer que na área da educação estava tudo a avançar, colocou a questão da Escola de Real e ele disse que não era verdade, que a DREN desse parecer, e que essa entidade só pode dar parecer se está ou não de acordo com a Carta Educativa, acrescentando que respondeu ao Sr. Primeiro Ministro que era falso. Já escreveu, ao Sr. Primeiro Ministro, a mostrar as deliberações da C.M. e também enviou uma carta ao Sr. Secretário da Educação, que também disse naquela mesma reunião, que a DREN não podia estar a fazer isso. Referiu que estão a fazer com Real e com S. Martinho, e que se forem a cumprir aquilo que a Dra. Margarida quer estão a violar a Carta Educativa, aprovada em AM, homologada e entregue em mão, em 2006, em Viana do Castelo. Citou que foram dos primeiros do País a ter a Carta Educativa aprovada e que avançaram para os projectos, tiveram reuniões com o CAE, com a Directora Regional da Educação que disse em vez de chamar Centro Escolar de Real para chamar Nova Escola de Real. Foi feito um ajustamento do projecto, gastos cerca de 20 mil euros no projecto da Escola de Real e na Pré-primária de S. Martinho e não aprovaram. Relativamente ao cruzamento de acesso a Curvite vão ver o que se pode fazer e irão rever a situação da estrada de Vila Verde/Sardoura junto à Ponte. Esclareceu que tinham um acordo com a Empresa M. dos Santos para liquidar a parte da dívida em falta, mas como recorreram ao Programa de Resolução Extraordinária de Dívidas do Estado contactaram-nos e vão aguardar esse empréstimo que tem condições mais favoráveis.

Relativamente ao acesso ao Condomínio da Quinta de Valverde, Catapeixe, disse que já teve uma reunião no local com o representante dos condóminos e já enviou para a Direcção de Estradas de Aveiro um

ofício indicando o dia e hora de uma reunião que vão fazer no local, porque já está cansado de enviar ofícios e o problema é devido ao piso da EN 224 que subiu em relação à estrada municipal.

O Vereador Rui César Castro relativamente à Zona Industrial da Cruz da Carreira disse que está classificada no PDM como Unidade Operativa de Planeamento e Gestão e que a CM já adjudicou a execução de um Plano de Pormenor com base num estudo económico/financeiro à empresa “Espaço Cidade”, por 75 mil euros, com um prazo de execução de 4 meses. Vão fazer uma primeira fase e deixar em Plano de Pormenor toda a extensão dos 250 mil metros de toda a zona de intervenção que está prevista no PDM e posteriormente apresentarão os termos de referência, e o estudo de caracterização às Juntas de Freguesia e população em geral para reclamar ou fazer observações sobre o Plano que querem que esteja concluído o mais rápido possível, para lançar a obra a concurso.

Sobre o abastecimento de água enunciou que no último ano fizeram, CM e Junta da Freguesia de Real um Protocolo onde o Município assumiu a responsabilidade da gestão da rede de água. Tinham alguns problemas que vinham de trás e tentaram resolvê-los com uma conduta nova que passa na Ponte das Travessas e que é uma preocupação do Executivo quantificar o número de avarias solucionadas. Informou que desde meados deste mês existe um sistema informático de gestão de avarias onde cada avaria é registada, e com esse registo sabem a que horas a pessoa ligou para a CM, quem é que atendeu o telefone, quem é que inseriu no sistema a avaria, quem é o responsável e quanto tempo demorou a ordem para a irem reparar, quem é que foi reparar e em que dia e hora. Acrescentou que com esses elementos possam acorrer mais depressa a essas situações e ele espera disponibilizar, on-line, esse sistema, para que os Presidentes de Junta possam saber exactamente, na sua Freguesia, quantas avarias foram identificadas.

Referiu-se à intervenção do membro Gouveia Coelho dizendo que muito do que aconteceu foi pelo facto deste membro ter abandonado a sessão, após uma interpelação que fez, sem ouvir a sua resposta por falta de possibilidade ou disponibilidade. Que essa falha

demonstra falta de valentia e de coragem não estar disponível para o debate político; e também atacar as pessoas dizendo que são políticos profissionais e eles, membros da AM, não ganham nada com a política, não lhe dá a possibilidade de falar em relação aos outros, mais alto, ou num tom arrogante, que terão mais razão. Disse que Gouveia Coelho não é único, nem melhor que os outros, é igual a todos, mas poderá ser diferente porque ouviu, e o Presidente da AM pode confirmar a veracidade, que é o único membro da Assembleia que apresenta despesas de quilómetros de S. Mamede Infesta a Castelo de Paiva para vir às sessões da AM.

O Presidente da Assembleia, já que lhe fizeram a pergunta, esclareceu a A.M. que Gouveia Coelho apresenta os quilómetros e que lhe são pagos; que ele quando concorre nas eleições apresenta a direcção de Castelo de Paiva e depois das eleições muda a direcção para S. Mamede Infesta.

O membro Gouveia Coelho referiu que não comprehende onde querem chegar com o argumento de apresentar os quilómetros da deslocação, e que com certeza os elementos da C.M. apresentam as suas despesas. Esclareceu que nunca assinou boletim de candidatura já preenchido e com a residência de Castelo de Paiva, podendo tão só, no máximo uma ou duas vezes, ter sucedido que depois de assinado o boletim, os serviços de candidatura ao preencher esse boletim tenham erradamente indicado que a sua residência era em Castelo de Paiva quando, como é sabido, se situa em S. Mamede Infesta. Afirmou que não cometeu nenhuma ilegalidade, está previsto na Lei, e os outros membros também podem apresentar. Relativamente à sua residência disse que tem uma habitação em S. Mamede Infesta e supõe que não é menos digno, nem está proibido que, como paivense, concorra, seja eleito e preste o seu trabalho na Assembleia. Lamentou que se entre por esse tema, que é ao estilo de quem fez a intervenção, e rejeita em absoluto esse tipo de insinuações. Repudiou as palavras do Vereador Rui César esclarecendo que se ouvirem a gravação, está registado, que tinha de sair com urgência e nem tempo teve para almoçar. Que o Vereador é muito jovem e que ele já cá andava há muito quando Rui César nasceu e que as palavras proferidas de falta de valentia e coragem

não parecem dele e com isso não honra a sua dignidade e o seu carácter. Contestou os comentários do Presidente da A.M. às palavras de António Costa de chamar parasita ao Bloco de Esquerda, e citou que não se pode comparar com o que aconteceu nesta Assembleia, que foi um insulto completamente diferente, e afirmou que isso não o impedirá de votar contra e votará sempre que a sua consciência o ditar.

O Presidente da Assembleia esclareceu que ouviu na televisão o Dr. João Semedo, do Bloco de Esquerda, dizer que foi um insulto grave.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. APRECIAÇÃO DE UMA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA, ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO.

Presente o ofício n.º 1235, de 26 de Fevereiro de 2009, do Presidente da Câmara, contendo a informação da actividade da Câmara Municipal, bem como uma informação da situação financeira datada de 19 de Fevereiro de 2009, acompanhada da relação de dívidas a empreiteiros e fornecedores que é nessa data de 8.362.432,88 (oito milhões trezentos e sessenta e dois mil quatrocentos e trinta e dois euros e oitenta e oito céntimos) e do Resumo Diário de Tesouraria, de 18/02/2009, com o total de disponibilidades cujo saldo totaliza o valor de 1.209.649,78 (um milhão duzentos e nove mil seiscentos e quarenta e nove euros e setenta e oito céntimos), sendo estes documentos depois de apreciados arquivados na pasta anexa a esta acta.

O membro Antero Gaspar referiu novamente que não lhe foram entregues todos os elementos solicitados referente ao ponto 2 da Ordem de Trabalhos, Contratação de Empréstimo. Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado, que hoje vão aprovar.

O Presidente da Câmara disse que eram aqueles os documentos e que iria à Contabilidade buscar o processo.

O Presidente da Junta da Freguesia de Fornos pediu esclarecimentos sobre a reunião que ocorreu no IPTM relativa ao projecto do Cais Turístico Fluvial do Castelo, questionando em que consiste, concretamente, a concessão do Café da Foz do Tua da Freguesia de Tabuaço; quais são as contrapartidas que estão previstas

para o Município e/ou para a Freguesia de Fornos relativamente a essas concessões e se na opinião da C.M. a Junta de Freguesia de Fornos deveria ou não fazer parte integrante de todo este processo, visto que o investimento é na Freguesia, e no caso da resposta ser negativa o porquê ?

O Presidente da Junta da Freguesia de Real disse que o Presidente da CM não quis responder às questões que colocou no ponto anterior sobre o transporte escolar/pagamento dos quilómetros e a respeito dos funcionários não tocou no assunto. Mencionou que não tem nada contra o Presidente da Junta da Freguesia do Paraíso e elogiou o seu trabalho. Referiu-se à intervenção que o membro Alfredo Gonçalves fez na última sessão da AM onde referiu que deveria haver uma distribuição mais equitativa, de obras, em relação a todas as Juntas de Freguesia e que na sua Freguesia constam apenas três obras, e que achou ridículo na actividade da CM constar o transporte de materiais, para a Junta de Real, como obra municipal. Em face daquelas afirmações e confrontado com a presente informação da actividade da C.M. queria que lhe dissessem se realmente fazem obra em Real. Acrescentou que só se considerarem a recolha de lixo ou a reparação de uma avaria como uma obra. Sobre os subsídios para a conservação e manutenção das vias municipais e pelas palavras do Presidente da Câmara, houve um adiantamento para duas Juntas de Freguesia e o pedido que lhe fez, para Real, foi negado. Que enquanto Presidente da Junta, acha que está a ser discriminado, vai continuar a reclamar e reivindicar para a sua Freguesia.

O membro Gouveia Coelho teceu comentários à forma como a informação da actividade da Câmara está elaborada, dizendo que é pouco precisa, o conteúdo das decisões é insuficiente e não ajuda os membros desta AM, que representam os eleitores, a emitir qualquer juízo de apreciação. Questionou a que propósito representaram a Associação para o Desenvolvimento Integrado das Serras de Montemuro, Arada e Gralheira numa reunião transnacional que decorreu em Daimiel; onde foi a reunião; quem lá esteve, e se apresentaram quilómetros da deslocação ou não e quanto custou ao Município; e sobre a reunião em que o Executivo municipal aprovou

por unanimidade a criação de uma Comissão de Acompanhamento da situação, que conta com a presença da Directora do Centro de Emprego de S. João da Madeira, autarcas, Centro de Saúde, Segurança Social e os parceiros da Rede Social, acrescentado que dará a conhecer a exposição dramática de um paivense que foi ao Centro de Emprego, em S. João da Madeira.

O membro Daniel Rocha questionou o custo e os pagamentos referentes à Biblioteca Municipal e louvou a forma como foi recebido o Senhor Presidente da República na inauguração da referida Biblioteca. Pediu ao Executivo que desse mais apoio, na execução de obras à Freguesia de Bairros.

O Presidente da Câmara respondendo às questões colocadas sobre a informação escrita acerca da actividade do Município, disse que os dois fornecedores, um do mobiliário e outro da construção, da Biblioteca Municipal têm, até à data de hoje, todas as suas facturas entregues na Contabilidade pagas.

Em relação à questão do Presidente da Junta da Freguesia de Fornos disse que no final da semana passada recebeu um telefonema do IPTM e referiu que ainda não tinham recebido a minuta do contrato, e desconhecem os seus termos para poderem analisar. Acrescentou que a Junta de Freguesia de Fornos será parceira e ouvida no processo que querem o mais transparente possível. Referiu que o IPTM vai lançar o concurso da obra, e paralelamente pretende lançar o concurso de concessão, e que para o fazer precisa do acordo da C.M. porque há lá uns terrenos que pertencem ao Município.

Esclareceu que querem responder sempre a todas as questões colocadas e para que não haja ausência de respostas pediu aos membros da AM para se manifestarem.

Esclareceu que os funcionários municipais são geridos pela Câmara e os disponibilizam quando fazem parcerias com as Juntas das Freguesias.

Pediua aos membros da AM que tivessem assuntos/situações, no âmbito da Comissão de Acompanhamento da situação concelhia, transmitirem ao Presidente da Assembleia que é o representante deste órgão no Gabinete e que fará chegar à Comissão. Em relação aos

trabalhadores irem ao Centro de Emprego em S. João da Madeira, só aceita, por falta de desconhecimento, uma vez que está a haver uma interacção com esse Centro e o directorado está a vir a Castelo de Paiva, às antigas instalações da Clark's, e há também a disponibilização das técnicas da Univa.

O Vereador Manuel Rocha respondendo às questões do transporte escolar disse que ele é feito por várias instituições do Concelho, às quais a C.M. paga 50 cêntimos, em que se engloba as Juntas das Freguesias de Sardoura, Real e Paraíso. O Executivo municipal só paga 50% desse valor à Junta da Freguesia de Real porque o funcionário que faz o transporte é da Câmara e nos outros dois casos paga a totalidade porque quem paga aos funcionários que efectuam o referido transporte são as outras duas Juntas de Freguesia.

O Vereador Rui César referiu que é o representante do Município na Adrimag, esteve presente na qualidade de representante da Direcção dessa Associação, em Daimiel – Espanha, numa cooperação transnacional que visa a comparação de metodologias de apoio à criação de empresas com Portugal, Espanha e Itália. Estiveram a ver como funciona um ninho de empresas numa zona industrial de Espanha e eles estarão presentes em Castelo de Paiva para visitar o CACE e verem/compararem de que forma é a criação de empresas em Portugal. Mencionou que não houve pagamento de quilómetros porque a deslocação foi em carro próprio da Adrimag.

Pelas 11.20 horas foram suspensos os trabalhos para um intervalo. Retomados os trabalhos pelas 12.40 horas.

2. CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO. PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA DE DÍVIDAS DO ESTADO.

Presente a seguinte deliberação da Câmara Municipal tomada em reunião de 25/02/2009: - *"No seguimento da deliberação tomada em 10.12.2008 (ponto 7), o Senhor Presidente apresentou o quadro de identificação dos mutuários e do respectivo montante autorizado de financiamento, publicitado pela Direcção Geral do Tesouro e Finanças, donde consta que ao Município de Castelo de Paiva foi autorizado o financiamento solicitado na candidatura, no total de*

8.750.000,00 €, sendo que 5.250.000,00 € será financiado pela Instituição de Crédito e 3.500.00,00 € financiado pelo Estado. Por deliberação de 14.01.2009 (ponto 3) a Câmara Municipal deliberou adjudicar o empréstimo de 5.250.000,00 € ao Millennium BCP, por ter apresentado a proposta mais vantajosa, das quatro entidades então consultadas. Assim a Câmara Municipal deliberou através de votação nominal de que resultou unanimidade, nos termos e para os efeitos da alínea d) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, conjugada com o n.º 6 do artigo 38.º da Lei n.º 2/2007 de 15 de Janeiro, que aprovou a Lei das Finanças Locais, solicitar à Assembleia Municipal autorização para a contracção do referido empréstimo, nas condições constantes da candidatura apresentada pelo Município".

O Presidente da Câmara fez a apresentação, dizendo que no âmbito da Resolução do Conselho de Ministros n.º 191-A/2008 de 27/11, foi colocado à disposição das autarquias locais um programa de regularização extraordinária de dívidas do estado, com o preenchimento obrigatório de uma ficha, que tinha de ser assinada pelo Presidente da Câmara. A C.M. tinha que se comprometer a diminuir a dívida e o financiamento em causa é para pagamento de dívidas a fornecedores no âmbito de transacções comerciais, e não transacções financeiras. Foi aberto concurso para o financiamento e foram consultados quatro bancos, o Espírito Santo, a C.G.D., o Millennium BCP e o BPI que não apresentou proposta. Referiu que remeteu, aquela ficha, para a Direcção-Geral do Tesouro e das Finanças, e há cerca de 15 dias viu publicado na Internet que a candidatura estava aprovada, e no passado dia 27 recebeu o ofício da aprovação oficial. Que após a aprovação em reunião de CM tem que ser aprovado em sede de A.M. para o processo ser instruído e depois ser remetido com a minuta do contrato a "Visto" do Tribunal de Contas juntamente com a relação de fornecedores a liquidar, e a relação de todas as dívidas.

O membro Gouveia Coelho colocou diversas questões como condições de acesso ao programa, requisitos e se a C.M. entende que preenche os requisitos.

O Presidente da Câmara esclareceu que os critérios de ilegibilidade estão reflectidos na resolução de Conselho de Ministros,

acima referida, e que na ficha de preenchimento obrigatório, no ponto 2, o Município terá de preencher pelo menos três dos critérios constantes no artigo 8.º do Dec.-Lei n.º 38/2008 de 7 de Março e a Câmara entendeu que preenchia os requisitos para poder ser aprovado.

O membro José António Rocha referiu que terão de aprovar este ponto através de uma votação, e que para votarem, terão de saber aquilo que vão aprovar para ficarem responsabilizados sobre a decisão. Citou que o objectivo deste financiamento é substituir a dívida a fornecedores por empréstimos de médio e longo prazo e só podem candidatar-se municípios que não preencham pelo menos três das situações previstas no n.º 1 do art. 8.º do Dec-Lei 38/2008, e que não tenham declarado a situação de desequilíbrio financeiro estrutural ou ruptura financeira. Questionou a C.M. que faça a comparação entre a actual situação financeira, ou a situação financeira à data da candidatura e aquele artigo 8.º, que é o que o Presidente da CM e o Vereador têm fugido e não querem responder; e dizer se reúnem três desses requisitos, porque se reunirem não deveriam poder candidatar-se à luz da Lei. Enunciou os requisitos: - ultrapassagem do limite de endividamento a médio e longo prazo previsto no art. 39.º da Lei das Finanças Locais; - o endividamento líquido superior a 175% das receitas previstas na Lei das Finanças Locais; - a existência de dívidas a fornecedores de montante superior a 50% das receitas totais do ano anterior; - rácio dos passivos financeiros incluindo valor dos passivos excepcionados para efeitos de cálculo do endividamento líquido em percentagem da receita total superior a 300%; - prazo médio de pagamentos a fornecedores superiores a 3 meses; - violação das obrigações de redução dos limites de endividamento previstos no n.º 2 do art. 37.º, também da Lei das Finanças Locais. Insistiu novamente para que a C.M. diga quais os requisitos que não reúnem.

O membro Daniel Rocha considera esquisito que estejam a discutir se a C.M. pode ou não candidatar-se se já têm, nas mãos, cópia do ofício da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças que informa a elegibilidade do Município de Castelo de Paiva para o financiamento ao abrigo deste Programa. Opinou que parece-lhe que estão a tentar encontrar na lei um furo para recusar que a Autarquia possa, de uma vez

por todas, ver a sua situação financeira estabilizada. Acrescentou que deveriam estar a analisar a proposta do BCP, que é a mais vantajosa e votá-la, e não discutir a lei nem a decisão da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças.

O Membro Gouveia Coelho contradisse as palavras do colega Daniel Rocha e reforçou que ninguém dentro da sala está contra o empréstimo, e que muito menos o Grupo Municipal do PS que constantemente tem referido que se deve pagar aos fornecedores. Citou que não se podem alegrar porque o problema do endividamento não fica resolvido, pois deixam de ficar a dever a uns e passam a dever a outro, mas que é necessário pagar e que se as condições, os juros, são mais vantajosas para o Município muito melhor. Referiu que o Município foi gerido de uma forma que os obriga a endividar-se a outra entidade e enalteceu a atitude do Governo, fosse de que partido fosse, por ter possibilitado e facilitado às autarquias locais a dispor de fundos para pagar aos fornecedores. Repetiu que estão todos de acordo, não há conflito nenhum, mas aquilo que querem saber é se reúnem as condições para ter acesso, saber se há dados falsos que não correspondem à verdade, e ficarem esclarecidos para votar conscientemente. Pediu que explicassem, e acrescentou que não foram fornecidos aos membros da AM os elementos, apenas fornecido, hoje, a folha do impresso de candidatura. Corrobora com o que disse o membro José António Rocha e questionou se o Município preenche pelo menos três das situações previstas no n.º 1 do artigo 8.º e que no seu entender preenchem; opondo que não podem fornecer dados falsos. Relembrou que anteriormente, foram apelidados de não sei quantos, por terem posto em causa o processo de Saneamento Financeiro e o Tribunal da Contas deu-lhes razão com a recusa de “visto”. Insistiu novamente que fossem esclarecidos, pelo Executivo, se foram ou não fornecidos elementos falsos.

O Presidente da Assembleia abandonou a Mesa e foi substituído pelo 1.º Secretário para usar da palavra na qualidade de membro. Referiu que estava deveras impressionado com algumas intervenções e com as palavras que tinha acabado de ouvir que lhe dão a impressão de que alguns membros do PS estão a arranjar um pretexto para votarem

contra ou absterem-se, ao ameaçar, ou veladamente a dizer, que há dados falsos no preenchimento do questionário. Aclarou que as autarquias locais são dos órgãos mais inspeccionados, descortinados do País, por todos, Tribunal de Contas, Finanças, Ministério Público que sistematicamente fiscalizam. Argumentou que a aprovação deste empréstimo, pelo Governo, ao abrigo desta legislação, foi uma surpresa para muita gente do PS que estavam a contar que fosse chumbado; que não foi só Castelo de Paiva que recorreu a isto, basta ler a lista das autarquias locais a começar por Lisboa, e há de todas PS e PSD. Citou que as autarquias estão endividadas, como nós, o povo Português está todo endividado, as famílias, basta ler os jornais, e que elas, as autarquias, não são diferentes das famílias, têm que pedir dinheiro emprestado para pagar a quem devem. Acrescentou que não é nenhum espanto que o Município deva dinheiro à semelhança de que centenas de autarquias no País também devem muito, e também não é nenhum espanto que este Governo fez coisas boas, mas fez coisas más, e esta é uma das boas, porque vem de facto aliviar o pagamento aos fornecedores por parte das autarquias. Contestou aquilo que disse Gouveia Coelho com a atitude de lançar a suspeição de que há falsidade no preenchimento do questionário e documentos falsos quando já foi aprovado pela Direcção-Geral do Tesouro. Comentou que vai votar a favor e que o PSD também vai votar a favor; pensa que os autarcas Presidentes de Junta também terão que votar a favor deste empréstimo porque também estão em causa pequenos e médios fornecedores a nível das Freguesias.

O membro Antero Gaspar disse que teve o cuidado, antes da discussão deste assunto, de solicitar ao Presidente da AM os documentos, para não acontecer aquilo que se está a passar e para não se repetir aquilo que já aconteceu mais do que uma vez no passado, que é a dificuldade de lhes darem a conhecer os elementos fundamentais para poderem, em consciência debater e decidirem em relação aos interesses de Castelo de Paiva. Que a CM de forma reiterada tem sido um obstáculo ao fornecimento de um conjunto de informações, aos elementos da AM, e que já aconteceu em relação à Conta de Gerência de 2007, onde não houve explicações relativamente a uma situação que

foi considerada de uma autêntica engenharia financeira, apenas com a alteração de uma conta, diminuir a dívida do Município em dois milhões e seiscentos mil euros. Em resposta ao Presidente da AM mencionou que a Câmara não lhe forneceu, ao Presidente da Mesa, e por conseguinte aos elementos da Assembleia os documentos solicitados. Citou que a suspeição e dúvidas que se levantam, em democracia, aos órgãos responsáveis pelas instituições só existem quando há falta de transparência. Corrobora que são legítimas as suspeições e dúvidas que Gouveia Coelho mencionou porque é posto um problema à CM, e o seu Presidente e a Vereação, responsáveis pela gestão do Município, não respondem e fogem à questão, evitando não dar a conhecer os elementos essenciais para o debate. Que ao não fornecerem aqueles documentos, com essa falta de transparência, podem levar à conclusão que deve haver falsidade de dados. Sobre a falta de transparência, lembrou que na tomada de posse como membro desta AM, da qual com muita honra faz parte, disse que iria exercer o cargo de membro e exigir transparência nos actos, mesmo que fosse incômodo, e procurar que lhe fossem dadas explicações sobre todos os assuntos. Estão neste órgão e querem informações, saberem o que se passa, sobre aquilo que estão a decidir. Recordou, que já referiu, que o problema muitas vezes dos boatos que se levantam, sobre muita coisa, é a falta de transparência, de informação da Câmara Municipal e que não se podem lamentar, e Lopes de Almeida lamentou-se e não o deveria ter feito, porque há falta de transparência, de informação e um obstáculo permanente ao fornecimento de informação aos membros desta Assembleia Municipal. Referiu que o Presidente da CM em resposta a Gouveia Coelho disse que preencheu uma ficha do empréstimo e Antero Gaspar perguntou o que foi respondido à questão, na ficha, da ultrapassagem do limite de endividamento a médio e longo prazo previsto no artigo 39.º da Lei das Finanças Locais, à data da candidatura, 30 de Junho, porque a 30/06/2008 nenhum dos membros da AM tem informações sobre a contabilidade de 2008 porque ela vai ser dada a conhecer, e espera que não aconteça como da última vez, no mês de Abril, na Conta de Gerência e Relatório de Contas do ano de 2008. Dirigiu-se ao Presidente da AM que procure fornecer-lhe os

elementos, e que lhe diz e disse há pouco, pessoalmente, logo no início da sessão, que o voto do Partido Socialista em princípio era favorável, e que independentemente dos elementos não estarem de acordo com as exigências legais vão votar favoravelmente. Pediu à Câmara Municipal que lhe respondesse, alínea a alínea, quais os critérios referidos no n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 38/2008 de 7 de Março, acima transcritos, que preenche. Insistiu nessa questão e acrescentou que o Presidente da CM não assinou a ficha “de cruz” e que com certeza teve uma informação dos serviços de contabilidade, a qual gostariam de ver. Lembrou a posição contra do Grupo Municipal do PS sobre a questão do pedido de empréstimo de Saneamento Financeiro e que o Tribunal de Contas veio a dar razão aos membros do PS, recusando o “visto” duas vezes, por acórdão. Elogiou o Governo de José Sócrates que está atento a esta realidade, de excessivo endividamento, que existe em alguns Municípios, que felizmente não são todos e que ainda há muitos que cumprem com as suas obrigações e compromissos, assim como também há muitas empresas e famílias que cumprem com as suas obrigações. Que ao contrário do Município de Castelo de Paiva, os de Cinfães e Arouca não precisam de nenhum Plano de Regularização de Dívidas porque cumprem de forma regular com os seus deveres e as suas obrigações. Que o problema não é a CM, são os fornecedores, são aqueles que há 10 anos ainda não receberam a sua factura, são aqueles que andam permanentemente a viver com “balões de oxigénio” a nível particular e privado porque a CM não lhes paga. A dívida de 9 ou 10 milhões de euros que a CM tem a nível de fornecedores é muito dinheiro para Castelo de Paiva e o Governo ao injectar o dinheiro é para dar resposta às dificuldades das empresas e dar resposta sobretudo ao problema do desemprego. Repetiu que desde o início, em termos de propostas claras, quiseram resolver o problema da dívida, e agora até lhe parece que para o PSD o problema está resolvido, o que não é verdade, porque é passar uma dívida comercial para uma dívida financeira com regras muito claras, sobre esse empréstimo, que têm que ser cumpridas e no caso de não o serem o Município é onerado em mais juros. Disse que por defeito de formação é Economista e que pode dar um contributo, alertando que não se vai resolver o problema estrutural

da dívida, vai resolver-se o problema dos fornecedores e esta dívida continua, só muda de nome de fornecedores para a Direcção-Geral do Tesouro e para o Banco. Referiu que o Governo está atento e preocupa-se com estas questões e vai dar resposta àquilo que são os incumpridores, neste caso a CM não cumpre e vem o Governo tentar ajudar a resolver o problema. Referenciou o comportamento menos cordial de alguns membros da Assembleia, dirigindo-se ao Presidente da Junta da Freguesia de Santa Maria de Sardoura; que nunca interrompeu ninguém, é cordial com todos os membros quer sejam do Grupo PS, quer sejam do Grupo do PSD, não tem inimizades com nenhum membro e gostava que fossem também cordiais com ele. Opinou que seria bom para esta AM perante a posição, que julga vai ser unânime, que lhes fossem dadas, às suas questões, respostas objectivas da CM em relação a estes indicadores, que são importantes, e qual foi efectivamente a informação dos Serviços para o Presidente da C.M. poder dizer que o Município preenche pelo menos três critérios.

O Vereador Rui César referiu que esta é a sina deles e aquilo que estão condenados no Município de Castelo Paiva a ter o PS como oposição que não quer resolver o problema financeiro do Município. Que a postura do PS é que não haja solução para a questão financeira, como fizeram no saneamento financeiro e batem palmas quando as coisas correm mal e dão como exemplo Cinfães e Arouca. Questionou o PS para dizer quais as obras que abdicavam para não ter dívidas e se os Presidentes das Juntas das Freguesias, desse partido, se não querem obras? Referiu que o Governo abriu as candidaturas, a CM candidatou-se, mandou os documentos oficiais, eles têm lá os Relatórios das Contas da Câmara Municipal, têm o sistema Domus de acesso às contas municipais, e que o PS não está contente mas vai votar a favor por uma questão política. Citou que o que está em votação é resolver o problema financeiro da CM e cada um tem que assumir as suas responsabilidades.

Os membros Gouveia Coelho e José António Rocha disseram que a Câmara Municipal não respondeu às questões que lhe foram colocadas e solicitaram à Mesa da Assembleia que exigisse essas respostas.

O Presidente da A.M. disse que não pode obrigar a C.M. a

responder e que ela responde àquilo que muito bem entender e eles depois podem usar o seu direito, que é o direito de voto.

José António Rocha e Gouveia Coelho insistiram que a Câmara deveria responder e sugeriram ao Presidente da AM que deveria aconselhar a responder para não haver suspeição.

O Presidente da Assembleia esclareceu que não sugere nada apenas dá a palavra à CM para ela responder como muito bem entender.

A Mesa deu mais cinco minutos para terminar o debate.

O membro Gouveia Coelho referiu que deve ser cumprido o Regimento e enquanto houver inscrições não pode ser encerrado o debate. Sobre as questões políticas do Vereador Rui César disse que estava a estranhar porque ele costuma ser mais inteligente; que é absolutamente falso e erróneo que o PS esteja contra o saneamento financeiro porque bateram-se sempre por ele, e sempre foram contra a situação de endividamento vergonhoso e contra o facto de serem caloteiros. Reforçou que está em discussão uma proposta e que é essencial que lhes forneçam os fundamentos dessa proposta e os elementos que foram solicitados, e tomar conhecimento se aqueles itens estão ou não verificados. Chamou à atenção que não pode ser a própria Mesa da AM a dizer que a CM está dispensada de fornecer os elementos, é inacreditável e impossível.

O membro Antero Gaspar dirigindo-se ao Vereador Rui César, disse que é triste e lamentável que a CM continue de uma forma reiterada a obstaculizar a informação, a esconder, e que só esconde quem tem razões para esconder. Falando para o Presidente da Câmara e para o Vice-Presidente disse que a suspeição é legítima de todos os membros, incluindo todos os paivenses. Que uma instituição como a CM tem que ser transparente e a falta dessa transparência é demasiado grave para poder ser entendida de ânimo leve por qualquer cidadão paivense. Insistiu que tais comportamentos e atitudes é gravíssimo para quem gere um Município, uma falta de vergonha, o não ter brio, levarem assim o assunto à AM, sem apresentação dos documentos, levantando suspeitas de que há dúvidas e falsidades. Afirmou que o PS sempre defendeu o Saneamento Financeiro e sempre lutaram contra a dívida a fornecedores com 6, 7 e 10 anos. Comentou que o Vereador

Rui César já disse nesta Assembleia que há sempre mais que uma verdade, mas para ele, Antero Gaspar, como em tudo na vida só existe uma única verdade e só para aqueles que não querem ou não falam verdade é que existe mais do que uma verdade. Pediu ao Presidente da Mesa cinco minutos para reunir o Grupo Municipal do PS e tomarem uma posição relativamente à sonegação de elementos por parte da CM.

_____ O membro Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria de Sardoura disse que se encontrava nesta AM há cerca de 11 anos e que se sente muito triste porque uma parte da bancada do PS ocupa o seu tempo a discutir coisas que para ele não têm significado nenhum. Que em vez de conseguirem resolver os problemas dos paivenses estão a discutir uns com os outros. Admira os factos, que foram apresentados pois se foram colocadas todas as exigências para aprovação da candidatura e se a mesma foi conferida e aprovada, só têm que se congratular pela confiança que o Governo deu a Castelo de Paiva, em resolver esta situação. Referindo-se à afirmação, de Gouveia Coelho, que põem em questão a veracidade dos requisitos, disse que não estavam a duvidar do Executivo, mas sim do Governo que realmente aprovou a candidatura e agora só lhes resta votar a favor.

_____ O membro Daniel Rocha referiu que nem todos os elementos da bancada do PS intervieram, mas os que intervieram não devem ter consciência daquilo que falaram e em sua opinião foi das situações mais gravosas que tiveram para com os munícipes ao referirem-se a dúvidas e falsidades. Acrescentou que eles com todas as suspeitas e dúvidas não querem ver a situação dos fornecedores resolvida e deveriam ter a coragem de votar contra. Disse que felizmente Castelo de Paiva não é dos municípios mais pobres do País e que a dívida é elevada por culpa do Governo “que a meio do jogo” alterou as regras do limite de endividamento; e para resolver a situação dos municípios com muitas dificuldades veio agora colocar alguma seriedade e justiça no assunto e resolver o problema que tinha agravado anteriormente. Dirigindo-se ao Presidente da CM e restante Executivo disse que têm a aprovação do PSD pelo esforço de resolução, de uma vez por todas, do pagamento aos credores.

_____ O membro José António Silva referiu que se fossem a cumprir a

ordem de trabalhos apenas tinham de se cingir à discussão da contratação do empréstimo e não ao processo de candidatura que já se encontra aprovado; e a Câmara Municipal numa postura de transparência colocou a candidatura e a ficha ao dispor. Louva essa atitude e para ele e para o Grupo Municipal do PSD essa candidatura trata-se de um acto de boa gestão que não vai resolver o problema da dívida, mas vai, como dizia Antero Gaspar, resolver o problema da economia local, o problema dos fornecedores, melhorar o emprego no Concelho, e que deveria ser visto tanto pelo PS como pelo PSD de uma forma positiva. Fez a leitura de parte da intervenção de Antero Gaspar, na última sessão, onde este referia que não valia a pena o Município candidatar-se porque não reunia os requisitos e considerou-o, este discurso “do velho do Restelo”, do pessimismo, do desanimo e que é o discurso que já anda há quatro anos. Opinou que o Executivo ao candidatar-se assumiu uma posição de risco, como Lisboa ou Santarém, mas terão de assumir as consequências e esse risco. Aplaudiu a atitude de risco porque nesta altura e nesta conjuntura de crise muitas vezes proporciona-se novas e renovadas oportunidades que têm que agarrar-se com empenho e com determinação, como esta que está em discussão.

O Presidente da Assembleia, a pedido do Grupo Municipal do Partido Socialista, concedeu um intervalo de 5 minutos para eles reunirem.

Reiniciados os trabalhos saiu da sala o membro José António Rocha.

Posto à votação a Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, autorizar a contratação do empréstimo supra mencionado.

O membro Gouveia Coelho, em nome do Grupo Municipal do PS, apresentou a seguinte declaração de voto: - *“Votamos a favor porque os fornecedores têm direito a receber as dívidas da C.M. e já basta do tempo que esperaram. O empréstimo se for concretizado é bom para isso e é vantajoso do ponto de vista financeiro e só por isso votamos a favor. Mas queremos que fique a constar de acta que o nosso voto a favor por esses dois objectivos não remove as dúvidas, que se levantaram aqui, relativamente aos pressupostos alegados pela CM. Não nos comprometemos minimamente sobre a veracidade, sobre a*

verdade, sobre o bom fundamento dos propostos invocados pela Câmara Municipal de Castelo de Paiva para sustentar o empréstimo e para documentar a candidatura que antecedeu o empréstimo. Os elementos solicitados não nos foram concedidos o que sendo dados objectivos ainda adensam mais as suspeitas. Gostaríamos que Castelo de Paiva reunisse todos os requisitos necessários para beneficiar do empréstimo que o Governo, em boa hora, colocou à nossa disposição. Temos muitas dúvidas e não percebemos porque não nos foram concedidos. É com estas reservas e demarcando-nos absolutamente da hipótese de qualquer assentimento aos pressupostos factuais invocados para o empréstimo, do ponto de vista da solidez e das condições económico-financeiras da CM, que nós aqui deixamos o nosso voto a favor dos fornecedores e também se ele vier a favor das vantagens financeiras que isso traz para o Município”.

____ O membro Daniel Rocha, do Grupo Municipal do PSD, apresentou a seguinte declaração de voto: - *Relativamente à votação no que concerne à contratação de empréstimo votamos favoravelmente, total e inequivocamente à solicitação que nos foi proposta pelo Executivo. Gostávamos de dizer que se tivesse havido unanimidade, já anteriormente, relativamente à resolução financeira da dívida, se calhar, já não estariámos agora aqui a discuti-la e os fornecedores já tinham recebido há muito tempo”.*

____ Regressou à sala o membro José António Rocha.

3. PROPOSTA DE ADAPTAÇÃO DOS ESTATUTOS DA ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO VALE DO SOUSA. RATIFICAÇÃO.

____ Presente o ofício n.º 34/09 de 2009/02/11, da Associação de Municípios em epígrafe, do seguinte teor: - “*Tendo sido aprovado o processo de extinção da Comunidade Urbana do Vale do Sousa, nos termos do artigo 59.º dos respectivos Estatutos e do artigo 39.º da Lei n.º 45/2008, de 27 de Agosto, por deliberação da sua Assembleia, de 11 de Dezembro de 2008, com a proposta de transferência para a Associação de Municípios do Vale do Sousa do seu património, do seu pessoal e de todos os seus direitos e obrigações, submete-se, nos termos do n.º 3 do artigo 35º (que remete para o n.º 4 do artigo 34.º) da Lei n.º*

45/2008, à apreciação dessa Câmara Municipal, as seguintes propostas aprovadas por esta Assembleia Intermunicipal, em 15 de Dezembro de 2008: - a) A Proposta de aprovação da nova versão dos Estatutos da Associação de Municípios do Vale do Sousa, resultante da modificação imposta pela Lei n.º 45/2008 e pela extinção da Comunidade Urbana do Vale do Sousa; - b) A proposta de aceitação pela Associação de Municípios do Vale do Sousa do património, pessoal, direitos e deveres da Comunidade Urbana do Vale do Sousa. Nos termos dos referidos preceitos da Lei n.º 45/2008, a eficácia da modificação dos Estatutos da Associação de Municípios do Vale do Sousa e da aceitação do património, pessoal, direitos e obrigações da extinta Comunidade Urbana do Vale do Sousa carece de ratificação pelas Assembleias Municipais, pelo que se solicita que possa V. Exa. diligenciar, após a apreciação desse Executivo, a remessa destas propostas para ratificação dessa Assembleia Municipal com a maior brevidade possível.”

A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade ratificar as duas propostas acima transcritas.

4. PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.

Não houve intervenções.

Nada mais havendo a tratar, foi lida e aprovada por unanimidade a minuta da acta, nos termos do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, para efeitos imediatos.

E eu Assistente Técnico da Câmara Municipal de Castelo de Paiva, a redigi e subscrevi.

O membro Gouveia Coelho fez o seguinte requerimento: - “*Em nome dos eleitos pelo PS, eu requeria à CM por intermédio da Mesa a informação escrita sobre todas aquelas questões concretas que o Sr. Dr. Antero Gaspar pediu que fossem esclarecidas. São dados objectivos ao abrigo do Regimento e da Lei. Fica aqui o requerimento ao Sr. Presidente da Mesa, à Mesa, para que a CM preste a informação, isto é, se cada um daqueles itens são preenchidos ou não e se a CM está isenta de todos eles ou alguns*”.

De seguida o Presidente da Assembleia declarou encerrada a sessão, pelas 13.15 horas.

S.O.02.03.2009
